

NOTA PÚBLICA DE REPÚDIO

UNIÃO DOS VEREADORES INDÍGENAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Nós, Parlamentares Indígenas e Lideranças de Comunidades do Estado do Tocantins, **repudiamos com veemência a nota divulgada pela Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins**, que tenta distorcer os fatos e atribuir ao deputado Ricardo Ayres uma responsabilidade que não lhe pertence, com a clara intenção de politizar uma demanda legítima da população indígena para satisfazer seus interesses privados.

É preciso restabelecer a verdade.

A solicitação de mudança na coordenação do DSEI Tocantins está sendo apresentada **pelos vereadores indígenas, por diversas lideranças comunitárias e pela maioria dos caciques de diferentes etnias**, que conhecem de perto a realidade enfrentada pelas aldeias e decidiram, de forma legítima, coletiva e responsável, encaminhar às autoridades competentes a necessidade de mudança na condução da saúde indígena no estado.

Portanto, é **falsa a narrativa de que há qualquer interferência indevida do parlamentar**, que sempre se colocou ao lado da comunidade indígena em sua atuação, seja na destinação de emendas, seja nas votações da Câmara dos Deputados.

A ARPIT erra de forma deliberada ao tentar transformar uma manifestação legítima das comunidades em uma demanda política de natureza pessoal, promovendo um ataque inconsequente para desestabilizar o pleito da **indicação do líder indígena da etnia Krahô Magayve Xôxô**, atualmente técnico de enfermagem da saúde indígena, vinculado ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins, órgão da Secretaria Especial de Saúde Indígena, com atuação no município de Itacajá, que goza de toda nossa confiança e possui amplo apoio político e comunitário para a realização do seu trabalho.

Ressalta-se que a indicação de um gestor indígena para o DSEI-TO não se trata apenas de uma escolha administrativa, mas de um ato político legítimo, alinhado aos princípios da equidade, da interculturalidade e da justiça social.

Assim, os vereadores indígenas do Tocantins manifestam, de forma unificada, seu apoio à indicação de Magayve Xôxô para exercer a função de coordenador do DSEI-TO. Trata-se de uma liderança com reconhecida capacidade técnica, compromisso social e vínculo direto com as comunidades, o que garante que a política de saúde indígena seja conduzida por quem vivencia, compreende e respeita a realidade dos povos originários.

O indicado possui ampla experiência na saúde indígena, profundo conhecimento técnico na área de enfermagem e atuação direta nas comunidades, compreendendo de forma sensível e comprometida as especificidades culturais, sociais e territoriais dos povos indígenas do Tocantins.



Mais grave ainda, a ARPIT **tenta silenciar vereadores indígenas eleitos e lideranças que têm plena legitimidade para se posicionar sobre a saúde de seus povos.** Nenhuma entidade pode se colocar acima da vontade das comunidades, nem falar como se representasse sozinha todos os povos indígenas do Tocantins.

Também é necessário esclarecer que a insatisfação das comunidades não surgiu de forma isolada. Ela é resultado de uma realidade grave e contínua, marcada por relatos de:

- **falta de medicamentos**
- **ausência de profissionais de saúde nas unidades**
- **estruturas abandonadas ou sem funcionamento adequado**
- **dificuldades de acesso ao atendimento**
- **precariedade no transporte e na logística**
- **falta de diálogo com as bases**

Além disso, chegaram até nós denúncias preocupantes sobre a condução da gestão, incluindo:

- **práticas de perseguição a servidores**
- **remanejamentos utilizados como forma de pressão**
- **decisões tomadas sem consulta às comunidades**
- **uso da estrutura do DSEI para fins políticos**

Há relatos de **utilização da máquina pública com favorecimento direcionado, inclusive com benefícios que não alcançam de forma igualitária todas as comunidades,** mas que estariam concentrados em grupos específicos, o que fere diretamente os princípios de equidade e justiça que devem nortear a política de saúde indígena.

Diante desse cenário, é **legítimo e necessário que vereadores indígenas e lideranças se organizem para reivindicar mudanças.**

Causa estranheza que a Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins ataque de maneira gratuita aquele que deu voz a essa realidade enfrentada, ignorando as denúncias que vêm sendo feitas pelas próprias comunidades. **Em vez de enfrentar os problemas concretos, opta por desviar o foco e atacar um parlamentar que apenas cumpriu seu papel institucional.**

Reafirmamos aqui toda nossa confiança e apoio para que o deputado Ricardo Ayres continue nos representando, como vem fazendo com diálogo e respeito, inclusive com aqueles que hoje o atacam e também já puderam contar com seu apoio.

O que está em debate não é disputa de espaço, é a vida das pessoas, é o direito de acesso à saúde, é o respeito às comunidades indígenas.

Não aceitaremos que a voz dos vereadores indígenas e das lideranças seja desqualificada. Não aceitaremos que a luta do nosso povo seja reduzida a interesses de grupo. E não aceitaremos o uso de estruturas públicas para finalidades que não atendam ao conjunto das comunidades.

Seguiremos firmes na defesa de uma saúde indígena digna, transparente, participativa e comprometida com todos os povos do Tocantins.



Vereador de Formoso do Araguaia
Micael Weheria Vinicius Batista Javaé



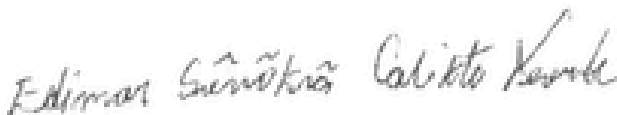
Vereador de Itacajá
Renato Yahê Krahô



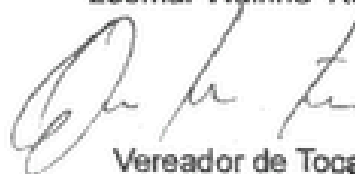
Vereador Maurilândia
Ercilio Rocha Dias Apinajé



Vereador de Tocantinia
Leomar Wainne Xerente



Vereador de Tocantinia
Edimar Srênôkrã Calixto Xerente



Vereador de Tocantinia
Elso Krensú Xerente



Vereador de Sandolândia
Valmir Filho Teixiba